

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Soares, Mário Alberto Nobre Lopes (Lisboa, 1924 – Lisboa, 2017)

Mário Soares nasceu em Lisboa, em 1924, filho de João Lopes Soares, Governador Civil, deputado e Ministro das Colónias durante a I República, e de Elisa Nobre Baptista. Frequentou o Colégio Moderno, fundado e administrado pelos seus pais – e onde tantos intelectuais da oposição ao regime encontraram trabalho leccionando. Além da família, o acompanhamento de tutores íntimos do seu pai mostrou-se importante na sua formação, de “sergianos” e seareiros laicos como Álvaro Salema e Agostinho da Silva, a comunistas como Álvaro Cunhal. E desde cedo relata a influência dos valores republicanos nesse meio, reforçados pelos acontecimentos nacionais e internacionais. O próprio refere a influência da guerra civil espanhola, alegando a martirização dos republicanos e o perigo que o nazismo e o fascismo então representavam. Seria a partir daí que, no seu entendimento, passaria de republicano a antifascista “sem deixar de ser republicano dos sete costados” (Soares, Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico, 2011, pp. 33).

A passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa, no curso de Ciências Histórico-Filosóficas (1942-1951), foi a sua primeira experiência universitária. Foi também um período marcado por um intenso activismo e de afirmação dos seus ideais políticos. Desde cedo travou conhecimento com comunistas nessa faculdade (especialmente os jovens Jorge Borges de Macedo, Fernando Piteira Santos e Joaquim Barradas de Carvalho) e outros oposicionistas não-comunistas (como Joel Serrão e Rui Grácio), o que permitiu um aprofundamento do seu ideário político através desses convívios académicos. Mas também entra em contacto com professores opostos ao regime e de quem foi aluno, destacando-se José António Ferreira de Almeida e Vitorino Magalhães Godinho. Aliás, chega a contribuir para o pagamento das aulas deste último no Ateneu Comercial de Lisboa após a sua saída da Faculdade, considerando-o como uma influência pessoal e também no campo da historiografia (Soares, Portugal Amordaçado. ..., 1974, pp. 45-7)

Certamente que alguns dos ideais e influências até aí adquiridos levaram-no, em 1942, a aderir ao Partido Comunista Português. O próprio indica que havia no partido algo que o atraía profundamente: “a chamada à acção”, ou seja, o activismo político (Nosty, Mário Soares. Um combatente do socialismo, 1975, p. 24). E viria a exercer cargos académicos e políticos relacionados com a agenda comunista, nomeadamente no Movimento Universitário das Juventudes Comunistas (1944-45) e no MUD Juvenil (1945-48), participando



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

inclusive na paralisação universitária de 1945 nas manifestações de celebração da vitória das potências Aliadas na Segunda Guerra Mundial. Após a sua detenção em 1949, afirmou que planeava afastar-se do PCP, numa altura em que este partido rotulara de “oportunistas” alguns dos seus membros e invocara divergências ideológicas. Entre eles estava Mário Soares, datando desse momento a ruptura com o Partido Comunista (Soares, *Memória Viva...*, 2003, pp. 49-50).

A participação na campanha eleitoral do general Norton de Matos foi, no seu entender, um ponto de viragem: não só conviveu com outros homens de craveira da oposição ao regime como Mário de Azevedo Gomes, António Sérgio (este considerado como o grande mestre da sua geração), Bento de Jesus Caraça e Jaime Cortesão, como também serviu de intermediário entre o PCP e a campanha do velho general. Declarando esta última realidade abertamente ao próprio Norton de Matos, terá sido imediatamente afastado pela sua militância num momento de grande tensão.

Porém, todo este percurso político levou-o a prolongar o seu curso universitário em 9 anos. Apenas em 1950 apresenta a sua primeira dissertação de licenciatura intitulada Teófilo Braga – Tentativa de Determinação do Seu Pensamento Político, onde procurou compreender e estruturar o pensamento desse republicano histórico – num estudo que o próprio assumiu ter um carácter mais geral e introdutório à temática, e não definitivo do seu pensamento político e ideológico. Há também uma advertência para a escassez ou inexistência de estudos sobre o Portugal oitocentista, desde figuras e acontecimentos às correntes de pensamento – internas e externas – que tiveram impacto nas formas de pensamento do país nesse «século interdito» pelo Estado Novo.

Nesta sua dissertação, Teófilo Braga é visto como um dos principais impulsionadores da renovação da nacionalidade, operando-se através de um republicanismo de “tradição vintista e patuleia”, e para atingir essa desejada renovação haveria que afirmar a democracia através de reformas administrativas descentralizadoras, tornando os municípios em precursores de repúblicas que culminariam num sistema parlamentar e federal. E a partir dessa preocupação com o municipalismo surge o anticlericalismo de Teófilo Braga, que via o Santo Ofício, numa perspectiva histórica, como um entrave ao poder local (Soares, *Teófilo Braga – Tentativa de Determinação do Seu Pensamento Político*, 1950, pp. 41 e 71).

A luta contra a monarquia pressupunha uma luta contra a injustiça social e económica, impondo uma causa nacional para o efeito: só com os valores, acções, políticas e reformas republicanas seria possível «afirmar Portugal». Como diz Soares, Teófilo tinha um certo distanciamento para com a luta de classes, afirmando que o proletariado e a burguesia tinha a mesma origem e um destino semelhante, uma harmonia e nivelamento sociais assente na coabitação mútua na prossecução de objectivos nacionais – portanto, unitários (ibidem, p. 52).

Mas também é interessante o facto de Mário Soares, no papel de historiador, reconhecer a subjectividade inerente ao escritor que se debate com uma preocupação constante em pugnar pela objectividade e a imparcialidade crítica. Há uma tentativa de libertação de “preconceitos ideológicos” que se faz acompanhar,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

neste tipo de trabalho, numa compilação de textos que se baseia em critérios pessoais, sendo algo “(...) portanto sempre discutível”. (ibidem, p. 10). Por vezes, o autor deixa entrever as suas convicções políticas. A propósito da I República, Soares declara que os homens desse regime haviam exercido uma visão de unidade nacional com clareza e patriotismo. Além de ser filho de uma figura republicana de relevo, Mário Soares já professava essa ideologia convictamente. As suas crenças políticas certamente terão tido impacto na escolha do tema e, de facto, o próprio reconhece que a escolha de estudar Teófilo deveu-se a este ter sido “o grande ‘teorizador’ do movimento republicano” onde o autor assentava uma parte das suas crenças políticas e sociais (Avillez, Soares. *Ditadura e Revolução*, 1996, p. 106). Ou seja, alguns temas abordados certamente terão tido motivações pessoais.

Mário Soares faz um balanço da sua passagem pela Faculdade de Letras, mostrando-se bastante crítico na forma como alguns professores interferiam no percurso académico dos alunos com base nas diferenças ideológicas. A sua experiência pessoal é manifesta disto quando, em 1950, a propósito da defesa da sua primeira dissertação, houve uma hostilização por parte do Prof. Délio Nobre Santos, que acusava Soares devido às suas crenças políticas, resultando no abandono da sala por parte do candidato e no fim da defesa. Segue-se o envio de uma carta ao director da Faculdade a expor a situação e a manifestar o seu descontentamento para com a mesma, mas com nenhum efeito.

É a partir daí que, com o patrocínio de Vitorino Magalhães Godinho, se irá proceder à publicação da dissertação sob o título *As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga* (1950), obtendo uma recepção considerável junto de alguns intelectuais da oposição ao regime. Homens como Mário de Azevedo Gomes, Mário Sacramento, Augusto Casimiro e Álvaro Salema, entre outros, reconheceram o esforço do autor em aprofundar o conhecimento de uma figura importante do republicanismo português e o seu pensamento perante questões pertinentes do seu tempo. Porventura a recepção deste livro junto de António Sérgio seja de maior destaque. O ensaísta, numa carta a Soares, revela que não valera o esforço em estudar Teófilo Braga e as suas ideias – embora Sérgio fosse suspeito, por ser adverso para com o histórico republicano em causa (Gomes e Leitão, “*História de um Livro*”, 2022, pp. 42-7 e 198-9).

É no rescaldo desta polémica que surge a sua segunda e última dissertação, apresentada em 1951, intitulada *Oliveira Martins e o Fontismo: Monografia de História e suspeitando-se que tenha existido alguma influência de Magalhães Godinho nessa escolha*, visto ser uma figura pela qual nutria um forte interesse em estudar (ibidem, p. 203-4). Suscitando a problemática de compreender as realidades e mudanças económicas e sociais que viriam a influir sobre o republicanismo, a matéria consiste no paralelo entre as origens e a actuação do fontismo, por um lado, e a alternativa teorizada por Oliveira Martins, por outro. O estudo é inserido no seu contexto, referindo o autor que o principal problema do país foi a procura e subsequente incapacidade de atingir uma independência económica perante outras nações.

Para Oliveira Martins, o estudo do passado nacional seria uma das melhores formas de compreender o estado da sociedade sua contemporânea, agindo conforme essa realidade. Daí que algumas das suas obras de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pendor histórico se debruçassem sobre um passado que lhe seria próximo. E de acordo com o autor, as influências (alemãs e francesas) que recebeu foram sempre recolhidas e interpretadas consoante o caso português, ajustando-as à “nossa decadência secular” (Soares, Oliveira Martins e o Fontismo: Monografia de História, 1951, pp. 51-2).

O seu programa é apresentado como uma clara contraposição ao fontismo. A principal oposição que se delineia é o proteccionismo defendido por O. Martins versus o livre-cambismo, proteccionismo esse que o autor remete para um socialismo catedrático de estilo francês (Émile Laveleye), apontando a crítica à incapacidade governativa de fomentar a indústria nacional e o fraco retorno financeiro para Portugal (ibidem, pp. 59-62). Mas a monarquia é encarada como um meio para atingir um estágio de democratização nacional através do “fortalecimento do poder real e de uma ditadura tesa” em plena década de 1880, como se se tratasse de uma reforma que partisse de dentro do regime (ibidem, pp. 66 e 95). Soares pretende assim contribuir para a compreensão de algo mais vasto: as origens ideológicas que condicionaram a emergência da I República.

Mas o estudo que fez sobre Oliveira Martins prolongou-se a outros meios. Na esteira desta sua dissertação, escreveu o artigo intitulado Nota sobre a actuação pública de Oliveira Martins na Vértice (1951) onde reproduz algumas das ideias que já foram expressas. Por exemplo, reafirma as “utopias de um vago socialismo catedrático”, e que “de socialismo (...) só tem o nome”. E reconhece que “A sua intervenção [de Oliveira Martins] na vida pública foi demasiado pensada, demasiado articulada à sua obra de historiador”, acentuando essa relação entre a política e o estudo do passado nacional (Soares, Nota sobre a actuação pública de Oliveira Martins, 1951, pp. 134-5).

Após terminar o curso, Mário Soares contemplou obter o curso de Ciências Pedagógicas para dar aulas de história no ensino secundário. Todavia, acabou por desistir desse curso e, alguns anos depois, é colocado como administrador do Colégio Moderno, onde viria também a leccionar história e filosofia (Vieira, Mário Soares – Uma vida, 2013, pp. 105 e 108). Publica entretanto alguns artigos de pendor histórico em revistas e jornais. Destaca-se o artigo A justificação jurídica da Restauração e a teoria da origem popular do poder político no Jornal do Fôro (1954), onde não apenas aborda a fundamentação jurídica dos documentos utilizados pelos juristas da época mas também as obras de pendor historiográfico que se debruçam sobre essas questões (Soares, “A justificação jurídica...”, 1954, pp. 23-4 e 29-32). E colaborou com Joel Serrão a partir de 1963 no Dicionário de História de Portugal que este dirigiu, escrevendo algumas entradas com pendor jurídico. Até na deportação para S. Tomé (1968-69) chegou a enviar uma carta a Vitorino Magalhães Godinho onde expôs a sua intenção de fazer um estudo socioeconómico sobre a ilha numa perspectiva histórica, embora se desconheça se chegou a concretizar tal estudo (ANTT, NT: 1190, fls. 58-60).

Entretanto fizera uma segunda licenciatura na Faculdade de Direito de Lisboa (1952-57), onde contactou com figuras como Adelino da Palma Carlos e Marcello Caetano. Seguir-se-ia uma “travessia do deserto”, como o próprio afirmou, em que tanto a sua vida política como a da oposição ao regime se encontravam estagnadas.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Mas isso mudaria quando, em 1958, surge o «furacão Delgado», levando Mário Soares a incorporar a campanha eleitoral do general; chega a assinar o Programa para a Democratização da República, em 1961; em 1965 candidata-se à Assembleia Nacional pela CEUD e serve como advogado em nome da família de Humberto Delgado aquando do seu homicídio. Foi preso pela PIDE em múltiplas ocasiões, chegando, como se viu, a ser deportado para S. Tomé entre 1968 e 1969. Volta para a metrópole ainda nesse ano, mas é obrigado a exilar-se em 1970 por motivos políticos.

Foi em França que leccionou como professor convidado nas universidades de Vincennes, Rennes e na Sorbonne, passando por cadeiras que abrangiam temas relacionados com o Portugal Contemporâneo – inclusive o Estado Novo. Também se inscreveu na Universidade de Clermont-Ferrand onde preparava uma tese de doutoramento sobre a presença de Portugal na Grande Guerra na perspectiva francesa e inglesa, passando também pela emergência da I República. O seu orientador foi Albert Silbert, contando ainda com o patrocínio de Vitorino Magalhães Godinho (“Carta de Mário Soares para Nuno Simões”, 11998.132, 10/02/1971).

Porém, as investigações iam sendo feitas com sentidas dificuldades e em função da sua disponibilidade perante as actividades que exercia enquanto no exílio, sendo apenas interrompido pela revolução de 1974. Tentou obter uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, mas, não obstante as recomendações dos professores junto do processo, a Fundação recusou alegando que Soares não tinha “dado provas como investigador de História”. O próprio Soares sugere que houve envolvimento político no caso (Avillez, Soares..., 1996, p. 249). Mas chegou a usufruir de uma outra bolsa oriunda da Fundação Friedrich Ebert, o que complementava o seu rendimento enquanto professor e advogado (“Carta de Mário Soares para Dr. Grunwald”, 00665.001.065, 27/01/1971). Preparava também um livro a que chamaria História de Portugal do Séc. XX, procurando alguma influência na obra dirigida por Jean-Baptiste Duroselle, mas não há registo de que lhe tenha dado continuidade (“Carta de Mário Soares para Vitorino Magalhães Godinho”, 00530.072, 26/01/1974).

Além do seu percurso académico em França, continuou a escrever e a dar entrevistas para a imprensa internacional, criticando o regime português num percurso político intenso na oposição ao Estado Novo. Entrou em contacto com múltiplos políticos e intelectuais europeus e americanos, fortalecendo relações e consolidando a sua própria ideologia socialista (Barreto, “Soares, Mário”, 2000, pp. 450-1). Em 1973, em Bad Münstereifel, na Alemanha, foi um dos fundadores do Partido Socialista e o seu primeiro secretário-geral, vindo a ter um papel de grande relevo na vida política portuguesa aquando da revolução de 25 de Abril de 1974.

Tal como outros escritores, intelectuais e historiadores, Mário Soares não se furtou ao recurso da história como arma política na reivindicação de valores como a liberdade, a democratização ou o diálogo político como forma de expressão. Num discurso proferido em 1969 a propósito da revolução de 31 de Janeiro de 1891, Soares expressa uma continuidade entre os problemas desse período e os de Portugal seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

contemporâneo, procurando reter esse “legado histórico” de resistência e de luta pelos ideais democráticos através da problematização da sociedade e subsequente discussão de soluções viáveis. Nota-se ainda um certo contraste entre um regime desprovido de sentido e uma alternativa capaz de fazer avançar a nação – um paralelo bem visível entre Monarquia-República e Estado Novo-Democracia. E se, nas suas palavras, “o curso da história não pára nunca”, havia que retirar determinadas lições do passado passíveis de serem aplicadas ao tempo presente em vista do futuro (Soares, *Escritos Políticos*, 1969, pp. 137-8 e 142-3).

Após a revolução de 1974, Mário Soares continuou sempre interessado em história. É-nos possível traçar alguns dos temas que mais abordou através das suas intervenções públicas a propósito de determinadas efemérides ou, paralelamente, justificando uma acção política com recurso à história. As várias evocações da I República e do 5 de Outubro são manifestas neste sentido. A sua importância e significado na vida portuguesa demonstram-se na construção do regime democrático, algo salientado pela influência da Constituição de 1911 na de 1976. Em causa estão valores que pugnam, por exemplo, pela democracia e pela liberdade, veiculados pela revolução de 1910 que, não obstante terem raízes noutros séculos mais recuados da história portuguesa, culminam nessa primeira afirmação republicana (Soares, “A democracia moderna e as lições do passado”, 1987, pp. 62-3; “Uma República moderna”, 147-8). Nas suas palavras, o 25 de Abril de 1974 foi essa reafirmação do 5 de Outubro de 1910, a perduração desse legado republicano “que constituiu outro momento ímpar de reencontro do Povo com a História” (Soares, “Estudar criticamente a República”, 1992, p. 82). Um outro caso é a descentralização administrativa e o desenvolvimento regional – assunto caro a Soares no decurso da sua vida política. Além de argumentos de cariz político, social e económico, o autor não se furta a referir alguns nomes históricos que fizeram da descentralização a sua bandeira. Portanto, não é de estranhar que fale de José Félix Henriques Nogueira e de Alexandre Herculano enquanto figuras máximas do municipalismo que reforcem essa tradição que o autor considera como sendo secular e democrática (Soares, “Descentralizar para desenvolver”, 1987, p. 91).

Mário Soares tinha ainda uma certa tendência para destacar (por vezes, até exaltar) traços característicos do povo português, como se se tratasse de aspectos naturais evidenciados pelas experiências históricas. A propósito dos Descobrimentos, chega a descrever os portugueses como sendo, em vários momentos do passado, “singularmente tolerantes, sensíveis ao direito à diferença, culturalmente humanistas”, transpondo, com manifestações de orgulho, tais valores para o tempo presente (Soares, “Um testemunho perene”, 1988, p. 279). Admite-se também a existência de uma tradição democrática “desde os alvares da nacionalidade”, ou seja, desde o século XII – aspecto presente na historiografia liberal e republicana dos séculos XIX e XX, sendo apontado, por exemplo, por Jaime Cortesão. Mas alguns desvios dessa realidade haviam marcado a história portuguesa, como se se tratasse de oscilações históricas: os suplícios da Inquisição ou até mesmo o Estado Novo. Porém, essa mesma tradição só seria reencontrada plenamente a partir de 1974, como que normalizada institucionalmente por intermédio da democracia (Soares, “Um povo com vocação universalista”, 1990, pp. 175-6).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Os Descobrimentos teriam sido “o facto capital da história portuguesa” através dos quais se operaram mudanças estruturais no mundo. Os homens de civilizações extra-europeias contactaram com noções e dinâmicas culturais que vigoravam então em Portugal (embora Soares inclua nessas noções conceitos como “raça” e “pátria”), propugnadas por uma gesta colectiva portuguesa. Noutros termos, seria um povo que exprimia assim “a sua identidade e cumprindo a sua plena vocação nacional” (Soares, “Uma aventura que mudou a face da Terra”, 1988, pp. 166-67). Trata-se da afirmação de um legado histórico que impunha uma certa responsabilidade para com as nações que entretanto saíram do Império, e que, adaptada aos tempos contemporâneos de Mário Soares, implicava uma conotação prospectiva – e igualmente política, atendendo ao teor do discurso e a propósito de certas comemorações/efemérides.

Esta visão encontra-se plasmada, por exemplo, nas relações luso-brasileiras, cujas finalidades políticas assentam (embora parcialmente) num aspecto histórico. Soares refere que, não obstante uma “escolha europeia” adoptada por Portugal, existe uma “vocação marítima e atlântica” que pressupõe um estreitamento de laços com o Brasil – tanto históricos como contemporâneos –, como se essa ligação fundamentasse uma cooperação entre os dois países nessa óptica prospectiva (ibidem, “Uma afirmação do espírito moderno”, pp. 175-77). Vê-se ainda o enquadramento português numa Europa interligada ao resto do mundo através dos Descobrimentos – “um dos grandes feitos da história humana – e naturalmente um motivo de orgulho nacional para os portugueses” –, que teria levado o “espírito europeu” aos demais cantos do mundo (Soares, “Europa da Cultura”, 1989, p. 239). É claro que não deixam de ser ideias e diálogos políticos expressos através da história, associados às conjunturas da época e à política internacional, mas nota-se um certo esforço em ir além disso.

Situar Mário Soares na historiografia nacional é uma tarefa complexa que não podemos aqui desenvolver. Não há dúvida que a marca da historiografia republicana, da Seara Nova e, em parte, de Vitorino Magalhães Godinho estão presentes nos seus trabalhos. O seu meio familiar, a educação recebida e o envolvimento com a oposição ao Estado Novo certamente influíram também na escrita da história, tanto nos temas por si escolhidos como na forma crítica e problematizante com que o fazia. O que é evidente durante a sua passagem pela Faculdade de Letras de Lisboa, em que alternava entre a investigação histórica e o activismo político. Estas duas componentes estariam intensamente ligadas, sendo possível afirmar que os estudos de Soares sobre o passado partiam em larga medida dos problemas do seu próprio tempo.

Mais tarde, contactando com outros historiadores – portugueses e estrangeiros (sobretudo franceses) –, nota-se uma aproximação à escola dos Annales. É introduzido nesta corrente por V. Magalhães Godinho, e a sua estadia em França pressupõe a convivência com historiadores reconhecidos. As suas narrativas assentam sobretudo em perspectivas políticas e jurídicas que não recusam aspectos sociais e económicos, formando uma análise mais abrangente e um “diálogo pluridisciplinar” entre os vários domínios das ciências humanas como forma de compreender o passado no seu conjunto (Soares, “Olhar o passado com os olhos do futuro”, 1987, p. 53). E ao invés de explicar um acontecimento como algo espontâneo, insere-o no espaço e no tempo:

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a título de exemplo, afirma que os Descobrimientos portugueses ocorreram porque já existiam conhecimentos e técnicas herdados através do contacto com outras civilizações e que foram sendo aperfeiçoadas com o tempo (Soares, “Uma aventura...”, 1988, p. 167).

Mas os seus discursos posteriores a 1974 revelam também uma tendência de exaltação do povo português através do tempo. Facilmente se conota isso com o discurso político, mas é uma perspectiva que implica a existência de traços identitários dos portugueses através do tempo e uma clara associação com os homens de então. Tudo parece apontar para uma questão de identidade colectiva e do reconhecimento de um passado que se herdou, tendo que lhe dar continuidade atendendo às transformações que ocorriam no mundo – novamente a dimensão prospectiva da história.

Bibliografia activa: Arquivo Nacional / Torre do Tombo. PIDE/DGS, SC, CI(1), Proc. 507, NT: 1190.

Avillez, Maria João. Soares. Ditadura e Revolução. Lisboa: Público / Círculo de Leitores, 1996.

Fundação Mário Soares e Maria Barroso – Arquivo Mário Soares. Correspondência de Mário Soares, 1971-1974.

Nosty, Bernardo Diaz. Mário Soares. Um combatente do socialismo. Lisboa: Líber, 1975 [1970].

Soares, Mário. As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga. Lisboa: Centro Bibliográfico, 1950; Oliveira Martins e o Fontismo: Monografia de História. Dissertação de Licenciatura, Universidade de Lisboa, 1951; “Nota sobre a actuação pública de Oliveira Martins”. Vértice, Abril de 1951; “A justificação jurídica da Restauração e a teoria da origem popular do poder político”. Em Jornal do Fôro, 1954; Escritos Políticos. Lisboa: Edição do autor, 1969; Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo. [Lisboa]: Arcádia, 1974; O Futuro será o Socialismo Democrático. Mafra: Publicações Europa-América, 1979; Intervenções, 10 vols. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987-1996; Memória Viva. Mário Soares, trad. Maria Helena Serrano. Entrevistado por Dominique Pouchin. Vila Nova de Famalicão: Quasi, 2003; Um político assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011.

Bibliografia passiva: Barreto, António. “Soares, Mário”. Em Barreto, António, Maria Filomena Mónica (coords.). Dicionário de História de Portugal, vol. IX. Lisboa: Figueirinhas, 2000.

Gomes, Pedro Marques, Teresa Clímaco Leitão. “História de um Livro”. Em Soares, Mário. As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga. Com notas de leitura de António Sérgio e cartas sobre a obra, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2022.

Vieira, Joaquim. Mário Soares – Uma vida. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

Daniel Tavares